

PF investiga companhia aérea por contrabando de migrantes haitianos

Aeronave, operada pela Aviación Tecnológica S.A. (Aviatsa), veio ao Brasil de Porto Príncipe

A Polícia Federal iniciou uma investigação sobre um possível esquema de contrabando de migrantes após a chegada de um voo fretado ao Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, no último dia 12. A aeronave, operada pela companhia Aviación Tecnológica S.A. (Aviatsa), veio de Porto Príncipe (capital do Haiti), transportando 120 passageiros haitianos. Durante a fiscalização migratória, os agentes federais identificaram que 118 desses viajantes portavam vistos falsificados, inicialmente descritos como humanitários e posteriormente esclarecidos pelo Itamaraty como sendo modalidades de reunião familiar.

Devido à irregularidade documental, os passageiros foram inicialmente impedidos de entrar no país e permaneceram por dez horas dentro do avião antes de serem encaminhados para uma área de contingência no terminal aeroportuário, equipada com infraestrutura de higiene e repouso.

A Polícia Federal afirmou tratar os estrangeiros como vítimas de uma organização criminosa e esclareceu que o acesso a auxílio jurídico foi permitido.

A situação gerou um impasse jurídico que resultou em uma decisão da Justiça Federal de Campinas determinando que os pedidos de refúgio fossem analisados em até 48 horas. Após a realização de um mutirão para regularização migratória e validação de dados



Polícia Federal afirmou tratar os estrangeiros como vítimas de uma organização criminosa

individuais no sistema Sisconare, o grupo foi liberado no sábado (14) a encontrar familiares no Brasil. A investigação prossegue para identificar os responsáveis pela falsificação dos documentos e verificar a conduta da companhia aérea no transporte dos migrantes.

Três haitianos permanecem sob os cuidados da assistência social da Prefeitura. O acolhimento envolveu inicialmente oito pessoas, mas cinco delas já seguiram viagem para outros destinos no domingo (15).

Refúgio

É destinado a indivíduos que comprovam fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, além de abranger aqueles que fogem de situações de grave e generalizada violação de direitos humanos.

O Haiti se enquadra nesta última categoria devido à instabilidade política e à violência de gangues. O processo de solicita-

ção de refúgio suspende medidas de deportação ou repatriação enquanto o pedido é analisado pelo Comitê Nacional para os Refugiados. Outra modalidade é o visto de acolhida humanitária, estabelecido por regulamentações específicas para nacionais de países em crise, como o Haiti. Esse visto permite que o estrangeiro entre legalmente no país para fins de residência, visando garantir proteção e acesso a direitos fundamentais.

Existe ainda o visto de reunião familiar, que é concedido a quem possui parentes já residentes de forma regular no Brasil, permitindo a unificação da família.

No episódio de Viracopos, a Justiça Federal determinou um prazo de 48 horas para que a Polícia Federal processasse os pedidos de refúgio dos passageiros, garantindo-lhes assistência jurídica e condições adequadas de espera. Após o mutirão de atendimento, a maioria dos imigrantes seguiu para encontrar familiares ou amigos em outras regiões, enquanto uma pequena parcela recebeu acolhimento temporário da assistência social municipal de Campinas.

Crise

O Haiti atravessa um período de extrema fragilidade que abrange as esferas política, econômica e de segurança pública.

Permanece sem uma estrutura governamental eleita desde 2016 e enfrenta o domínio de grupos armados que promovem ciclos de violência intensa em diversas regiões. A Organização das Nações Unidas (ONU) classifica o cenário atual como uma das emergências humanitárias mais críticas do planeta, caracterizada pela insegurança alimentar severa e pela falta de acesso a itens de sobrevivência como remédios e produtos essenciais.

Câmara sedia fórum que discute infância na RMC

Da Redação

A Câmara Municipal sedia nesta terça-feira (17) o Fórum Gerações 2026 para discutir a infância e a adolescência na região metropolitana. O intuito é “conectar demandas sociais e novas perspectivas de gestão para diferentes frentes de atuação, com foco em soluções aplicáveis e diálogo qualificado”, informa a Casa.

O encontro é direcionado a gestores e equipes de escolas e instituições educacionais, profissionais e lideranças de clínicas e serviços de saúde, além de empresas com atuação social em RH, saúde corporativa ou projetos de impacto, gestores públicos, conselhos, redes e organizações do território. A proposta é reunir profissionais e instituições que atuam direta ou indiretamente com infância e adolescência para compartilhar leitura de cenário,

alinhar prioridades e fortalecer conexões entre educação, saúde, iniciativa privada e setor público.

Entre os temas centrais que serão abordados estão: infância e adolescência na RMC, desafios atuais e tendências, demandas sociais e respostas institucionais, gestão e articulação entre escolas, clínicas, empresas e setor público, perspectivas práticas para atuação em rede. Ainda de acordo com a Câmara, o Fórum vai proporcionar aos participantes uma leitura do cenário sobre infância e



Intuito é conectar demandas sociais e perspectivas de gestão

adolescência na RMC, conexões entre áreas e iniciativas do território, assim como referências e perspectivas de gestão aplicáveis, direções práticas para fortalecer atuação e tomada de decisão.

As palestras serão: “Construindo Pontes pela Infância: O Papel das Políticas Públicas” com o coordenador do Programa Primeira Infância Campineira, Thiago Ferrari; “Cuidar

de quem cuida para transformar a infância” com a Secretária de Políticas para as Mulheres de Campinas, Alessandra Hermann; “Ansiedade na infância e a construção emocional no ambiente escolar” com a neuropsicóloga especialista em terapia cognitivo-comportamental aplicada à infância e adolescência, Cibele Oliveira; “Alimentação escolar saudável e o case da rede municipal de Campinas na implementação do PNAE”, com a nutricionista Vera Maria Gurgel do Amaral, responsável técnica pelo Programa Municipal de Alimentação Escolar Jomara Sousa Martins e coordenadora de nutrição do Departamento de Alimentação Escolar da Ceasa; e “Educar em tempos de mudança: o encontro entre gerações na escola contemporânea” com a diretora escolar Cecília Chiari.